

**LEITURA EM BIBLIOTECAS ESCOLARES: POSSIBILIDADES DE ACESSO E FORMAÇÃO.** Renata Junqueira de Souza (Unesp - Presidente Prudente); Cyntia Graziella Guizelim Simões Giroto (Unesp – Marília); Ana Maria Martins da Costa Santos (Unesp - Presidente Prudente). FAPESP/ CNPq  
Eixo Temático: Políticas e Gestão Educacional

## **Introdução**

Neste texto procuramos observar questões ligadas à política pública de formação do leitor e às rotinas escolares que interferem diretamente no modo como os responsáveis pelas bibliotecas divulgam o acervo de livros infantis e incentivam a leitura, a partir de um ângulo pouco observado: o papel das bibliotecas e seus respectivos responsáveis na constituição das práticas de leitura escolares.

Para tanto, vamos nos apoiar em uma pesquisa desenvolvida em três cidades do Oeste Paulista de 2007 a 2010, cujos dados são bastante expressivos. Essa pesquisa envolveu 110 escolas públicas de Ensino Fundamental dos municípios de Presidente Prudente, Assis e Marília, no Oeste de São Paulo.

Ocuparemos-nos dos dados relativos ao papel dos responsáveis pelas bibliotecas escolares, bem como das relações com o cotidiano escolar. Pretendemos mostrar os obstáculos que truncam a formação de leitores e o perfil dos professores responsáveis por bibliotecas em relação à leitura, principalmente a leitura literária, no Ensino Fundamental. Ao final, expomos ideias para dinamização da leitura no espaço da biblioteca escolar.

## **A formação de leitores como política pública**

O Estado é a instituição política encarregada de manter a ordem social, por meio de ações que visam a resolver possíveis conflitos e situações que possam trazer algum tipo de insatisfação e problemas à sociedade. Tais ações promovidas pelo Estado são chamadas de políticas públicas. Para Abad (2008), existem dois sentidos, quando se trata de política: um deles seria “a luta pelo poder e a busca de acordos de governabilidade”. O outro sentido enfoca a política como “programa de ação governamental”, com “conotações mais técnicas e administrativas”, definição adotada em nossa pesquisa desenvolvida entre os anos de 2007 a 2010 - *Leitura na escola: espaços e contextos. A realidade brasileira e portuguesa* – financiada pela FAPESP e CNPq.

Processos avaliativos, como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), dão suporte a políticas públicas de leitura. O PISA (2003), cuja principal finalidade

é produzir indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais, avaliando o desempenho de alunos em diversas disciplinas escolares (inclusive na aquisição da leitura), tem-se baseado em um modelo dinâmico de aprendizagem,

[...] no qual novos conhecimentos e habilidades necessários para a adaptação bem sucedida de um mundo em transformação são continuamente adquiridos no decorrer da vida. O PISA não avalia só o conhecimento dos estudantes, mas examina também sua capacidade de refletir sobre o conhecimento e a experiência, e de aplicar esse conhecimento e experiência em questões do mundo real. (p. 14).

Com relação às habilidades de leitura, o programa define o letramento em leitura como “a capacidade de compreender textos escritos, usá-los e refletir sobre eles de forma a alcançar objetivos próprios, desenvolver os próprios conhecimentos e o próprio potencial e participar ativamente da sociedade” (p.20). Tal definição revela uma leitura para além da simples decodificação e compreensão literal; incorpora compreensão, interpretação e reflexão sobre os textos.

Para verificar o desempenho de jovens leitores, o programa utilizou-se de diversos tipos de textos. No processo de avaliação, três dimensões serviram para construir os resultados do PISA (2003):

A forma do material de leitura, ou texto. Muitas avaliações anteriores de letramento em leitura concentram-se em prosa organizada em sentenças e parágrafos, ou “textos contínuos”. O PISA inclui passagens em prosa contínua e distingue diferentes tipos de prosa, tais como narração, exposição e argumentação. Além disso, o PISA inclui “textos não contínuos”, que apresentam informação de outras maneiras, inclusive listas, formulários, gráficos e diagramas. Esta diversidade baseia-se no princípio de que indivíduos encontram na escola e na vida adulta uma variedade de textos escritos que requerem diferentes técnicas de processamento de informação. A flexibilidade, ou habilidade de adequar ao tipo de texto as técnicas apropriadas para localizar informação relevante no texto é o que caracteriza a leitura eficiente. (p.22).

“O tipo de tarefa de leitura. Isto é determinado, de um lado, pelas habilidades cognitivas necessárias para ser um leitor eficiente, de outro, pelas características das questões do PISA. O foco do PISA é ‘ler para aprender’ [...]”. Espera-se que o leitor demonstre sua proficiência na recuperação de informação, compreensão de textos, interpretação, reflexão sobre o conteúdo e a forma dos textos em relação ao seu próprio conhecimento de mundo, avaliação e argumentação sobre seus próprios pontos de vista. Portanto, um leitor crítico, interpretativo, leitor social de seu mundo. (p.22)

O uso para o qual o texto foi construído – seu contexto ou situação. Por exemplo, um romance, uma carta pessoal ou uma biografia são escritos para uso “privado” das pessoas. Documentos ou anúncios oficiais são para uso “público”. Um manual ou um relatório podem ser para uso “ocupacional”; livro didático ou roteiro de instruções, para uso “educacional” (p.23).

Os resultados divulgados pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) evidenciam que os alunos brasileiros obtiveram, em 2006, médias que os colocam na 53ª posição em matemática (entre 57 países) e na 48ª, em leitura (entre 56). Em leitura, 56% dos jovens estão apenas no nível um ou abaixo dele, o que significa que são capazes apenas de localizar informações explícitas no texto e fazer conexões simples.

Assim, ressaltamos dois aspectos avaliados: a capacidade de o aluno ler diversos tipos de textos, inclusive os literários, e a importância de superar o nível um, atingindo níveis superiores que o levará a entender o que lê, bem como a relacionar o lido com outros textos.

Diante de índices tão baixos, a promoção da leitura no Brasil tem sido motivo de preocupação para os órgãos responsáveis pelo ensino da leitura: Ministério da Educação, Secretarias Estaduais de Educação, Secretarias Municipais, dentre outros. Vimos, nos últimos anos, um acanhado, mas contínuo investimento em livros literários diversos.

Um programa que inseriu a literatura em suas ações foi o PNLD – Programa Nacional do Livro Didático. Há anos, o governo federal mantém o PNLD como responsável pela aquisição e distribuição gratuita de livros didáticos. Aos diretores e professores, cabem a análise e a seleção dos manuais didáticos que deverão ser usados por suas respectivas instituições de ensino. Desde 1998, essas instituições puderam optar entre livros didáticos ou módulos de paradidáticos (módulos literários, obras de ficção e obras multidisciplinares).

Outra ação apoiada pelas políticas públicas de leitura gerenciadas pelo MEC é o Programa Nacional de Biblioteca na Escola (PNBE), instituído em 1997, pelo Ministério da Educação, cujo objetivo é promover a leitura e a difusão do conhecimento entre os alunos, professores e comunidade. O PNBE distribui obras de literatura às escolas públicas do Ensino Fundamental. Para operacionalização do PNBE, a Secretaria de Ensino Fundamental (SEF) se encarrega da definição das diretrizes e seleção dos títulos integrantes dos acervos de cada ano, enquanto o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da aquisição e distribuição dos livros para as escolas.

Neste sentido, as bibliotecas escolares estão equipadas de livros infantis e juvenis. No entanto, haver material de leitura é uma das condições necessárias para a formação de leitores, mas não é a única. O espaço da biblioteca escolar como local que faz a mediação entre o livro e o leitor é essencial. A seguir, expomos o perfil das bibliotecas escolares do Oeste Paulista, levantado a partir da pesquisa acima referida.

### **A biblioteca escolar como espaço de leitura**

A biblioteca, na verdade, é um recurso indispensável para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e da formação do leitor. Segundo Amato, Garcia (1998) uma escola sem biblioteca é uma instituição incompleta. A biblioteca deve orientar trabalhos escolares dinâmicos para que seja produtiva dentro desse contexto.

Em recente pesquisa realizada por docentes da Unesp (Presidente Prudente, Assis e Marília) com 113 “professores bibliotecários” percebemos situações de formação, empréstimo e acervo deficitárias, conforme veremos a seguir.

Sobre o perfil dos profissionais que atendem as bibliotecas escolares podemos sintetizar que:

a) Entre os entrevistados não há bibliotecários. Em geral, trata-se de professores ou servidores deslocados para essa função, evidenciando a falta de uma formação específica para o preenchimento dessas vagas, bem como a falta de cargos ou de funções especialmente voltadas para tal setor;

b) A inexistência de preparação para o trabalho com a biblioteca nas licenciaturas e mesmo em cursos de formação continuada faz sobressair o caráter incipiente do trabalho realizado pelos profissionais para lá deslocados, bem como o voluntarismo do qual se reveste essa função;

c) Do ponto de vista do perfil dos profissionais, a biblioteca é menos uma estrutura pedagógica do que um lugar de acomodação de professores e funcionários afastados da sala de aula por razões diversas, em geral por conta de problemas de saúde. Isso é a regra quase absoluta nas escolas pesquisadas;

d) A idéia de levar adiante a cultura da biblioteca como uma espécie de armazém tende a ser perpetuada não apenas pela falta de preparação específica, mas também por conta da própria faixa etária predominante entre os responsáveis. De maneira geral, esses profissionais, hoje com mais de 40 anos, viveram experiências semelhantes ao longo de suas vidas como alunos e professores;

e) As considerações feitas anteriormente apontam para a necessidade de formação específica dos profissionais envolvidos na biblioteca, sob a forma de cursos de extensão e mesmo com a inclusão de disciplinas relacionadas ao assunto nas licenciaturas.

Se por um lado o profissional de biblioteca enfrenta dificuldades a respeito de sua formação, local de serviço e função, por outro, o espaço da biblioteca escolar também não é valorizado como local de mediação da formação do leitor.

Pois quase a metade dos respondentes assume não realizar atividades de leitura na biblioteca (48,6%), enquanto 43,1% disseram promovê-las. ‘Hora do conto’ e ‘roda de leitura’, somadas, estão em número próximo ao das ‘outras atividades’. Essas outras atividades, em grande parte, são o acompanhamento burocrático de atividades externas,

propostas por professores ou pelos próprios alunos, ou ainda a indicação para a pesquisa bibliográfica dos alunos. Assim, verificaremos que atividades de incentivo à leitura acabam reduzidas e divididas com a burocracia.

A biblioteca apresenta-se em grande parte acessível aos estudantes, que podem levar os livros para casa em 78% dos estabelecimentos, e são desobrigados de ler na biblioteca em 93,6% dos casos. No entanto, a prática de controle da saída dos livros, por meio de uma carteirinha, é pequena (apenas 22% das escolas o fazem), o que pode indicar uma frequência discreta à biblioteca. Outras estratégias de registro são utilizadas em menos de 10% das escolas (fichas para o registro de retiradas, marcação em livro próprio etc.). Em aproximadamente 40% dos casos, os alunos vão à biblioteca acompanhados pelos professores.

É provável que as estratégias de controle de saída dos livros aconteçam. No entanto, as visitas a biblioteca disputam espaço com os cantinhos de leitura, já que várias escolas possuem como prática de compor pequenas bibliotecas em salas de aula, embora de maneiras diversas. Cerca de 51% das escolas afirmam ter uma sala ou cantinho de leitura. Nas demais, haveria uma ou duas salas com tal conformação. Uma escola conta com uma cesta de livros, que circula de sala em sala. Noutra, o professor traz livros de sua casa. Em quase 30% das escolas, os professores levam seus próprios livros para a sala de aula.

Em que pese o dinamismo de colocar o aluno em contato direto com o livro, na sala de aula, diversos são os depoimentos de aplicadores que informam acerca das quantidades limitadas de obras disponíveis nas salas de leitura, muitas vezes compostas por alguns poucos exemplares. Em termos de biblioteca, é preciso frisar que os acervos maiores são aqueles pertencentes às escolas estaduais, que receberam, durante décadas, publicações provenientes dos governos estadual e federal, afora os livros recebidos a partir de doações e iniciativas circunstanciais para a compra de materiais impressos. Há vários depoimentos de aplicadores que afirmam ter observado o seguinte procedimento nestas escolas: os livros mais antigos e surrados são colocados em evidência, à frente nas prateleiras, ao passo que os livros novos (provavelmente recebidos a partir de programas governamentais específicos, como o Programa Nacional Biblioteca na Escola - PNBE) são guardados não raramente em armários chaveados. Já as bibliotecas municipais parecem não investir com a mesma proporção em livros e materiais de leitura, contando com menos obras.

A esse respeito a pesquisa mostrou que os programas governamentais são responsáveis por cerca de 65% da composição do acervo de obras literárias. Compra direta (17,4%) e doações (10%), estratégias que implicam iniciativa da comunidade escolar, são visíveis; todavia, repercutem pouco no conjunto das obras. Aqueles que

disseram haver outras maneiras de conseguir os livros e aqueles que deixaram a questão sem resposta acabaram por mostrar estratégias parecidas na questão seguinte (quais seriam as outras maneiras para adquirir os livros?). As estratégias mencionadas (limitadas a uma ou duas escolas), falam de arrecadação da própria instituição, de envio de obras pelas secretarias municipais de Educação e de professores que levam livros seus para a escola.

Se por um lado temos profissionais com formação deficitária para assumir a função de “bibliotecários”, por outro esses mediadores apresentam dificuldades para promoverem ações dentro do espaço da biblioteca escolar que divulgue o livro e forme nos alunos o gosto pela leitura. Diante desse contexto, percebemos que embora haja livros nas escolas, os alunos ainda freqüentam a biblioteca quase sempre com a presença do professor, não tendo autonomia ao visitar o espaço, nem tampouco autonomia de escolha. No entanto, a grande maioria dos acervos é composta por livros enviados ou comprados pelo governo federal em programas de políticas públicas de leitura, sendo essas coleções adequadas por sua qualidade literária, capaz de seduzir desde pré-leitores à leitores efetivos.

### **Refletindo sobre entraves: a biblioteca escolar pode formar leitores**

A falta de um profissional que tenha disponibilidade de tempo para realizar o trabalho dentro da biblioteca durante todo o horário das aulas são fatores verificados que auxiliam no prejuízo causado aos usuários do acervo.

Se há uma biblioteca com um espaço físico determinado, que ele esteja sempre aberto, que seja agradável, acolhedor, conquistador, sem cão de guarda, sem cartazes proibitivos: por que não avisos mais simpáticos? menos autoritários? feitos pelos próprios freqüentadores da biblioteca? (NERY, 1989, p.56)

Um outro aspecto que ganha destaque é a falta de recursos necessários para se trabalhar com a biblioteca. Constatou-se a existência de espaços “improvisados” presentes na sala de aula, por não haver um lugar próprio para a biblioteca em algumas escolas.

Como afirma Bamberger (1987), o entusiasmo dos adultos desperta o gosto pela leitura na criança, incentivando-a a aproximar-se dos livros. Para introduzi-la no mundo da leitura, o uso de diversos recursos como o álbum seriado, as dramatizações, os fantoches e outros podem auxiliar.

Seguindo os mesmos preceitos, Nóbrega (1998) propõe a ambivalência de leituras por meio da criação de espaços e diversidade de linguagens; a inserção de acervos pessoais e coletivos como álbuns de fotografias, relatos; a ênfase no trabalho

com a oralidade e a escuta; o brincar com a palavra, organizando festivais, saraus; a motivação de um espaço de criação com atividades de pintura, dança, entre outras.

O espaço da biblioteca escolar não pode ser visto como um depósito de livros, causando desmotivação no aluno quanto à prática da leitura. O acervo precisa de ações que o divulgue, atividades dinâmicas que incentivem o ato de ler no espaço da biblioteca. É necessário, desse modo, repensar a biblioteca no processo de formação do leitor crítico, sem excluir as atividades de leitura na sala de aula, mas ao contrário, intensificá-las e aliá-las ao trabalho do responsável pelo espaço, pois conforme Caldeira (2005, p. 52), a biblioteca

pressupõe a organização e a sistematização de um conjunto de documentos selecionados criteriosamente, com vistas a atender à proposta pedagógica da instituição que a mantém. Ela é, portanto, o espaço ideal para reunir a diversidade textual que existe fora da escola e que deve estar a serviço da expansão do conhecimento letrado do aluno.

Ações dinâmicas entre a biblioteca e o programa escolar vigente, por exemplo, por meio de atividades como hora do conto, dramatização e debates, podem, inclusive, contribuir para desmistificar o conceito de que um ambiente de leitura, como a biblioteca, é um local desinteressante e estático.

Dos diversos apontamentos, acima anunciados, que emergem do dados produzidos na pesquisa, concluímos que; nas instituições escolares há profissionais interessados em melhorar a leitura, usando-a como subsídio para as atividades tratadas em sala de aula; os órgãos responsáveis pelas políticas públicas de leitura precisam agora alimentar os acervos, mas também olhar para os profissionais responsáveis pela divulgação e circulação desses livros; e ainda há que se pensar na capacitação dos responsáveis pelas bibliotecas escolares, aqueles que se encontram por algum motivo nesse espaço e precisam dinamizar a leitura e o espaço da biblioteca escolar, na direção de que haja a contribuição para a formação da criança leitora.

## Referências

AMATO, M.; GARCIA, N. A. R. A biblioteca na escola. In: GARCIA, E. G. **Biblioteca escolar: estrutura e funcionamento**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998. p. 9 – 23

BAMBERGER, R. **Como incentivar o hábito da leitura**. São Paulo: Ática, 1987.

CALDEIRA, P. da T. Biblioteca escolar e acervo de classe. In: CAMPELLO, B. S. et. al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 51 – 53

NÓBREGA, N. G. de. De livros e bibliotecas como memória do mundo: dinamização de acervos. In: GARCIA, E. G. **Biblioteca escolar**: estrutura e funcionamento. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998. p. 120 – 135.